

## Requerimento para aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização

Também disponível online em:  
[irn.justica.gov.pt](http://irn.justica.gov.pt)**Aviso:** Antes de preencher, consulte as informações disponíveis no final do documento**Q1 Dados pessoais do requerente menor (preenchimento obrigatório)**

Nome próprio: \_\_\_\_\_

Apelidos: \_\_\_\_\_

Data de nascimento:    /    /     Estado civil: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Sexo: ☐ M ☐ F

País ou países da nacionalidade: \_\_\_\_\_

Nome do pai: \_\_\_\_\_

Nome da mãe: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Residência atual: \_\_\_\_\_

Código Postal:     -    Localidade: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: ☐ Título de Residência ☐ Passaporte ☐ Outro: \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_ Emitido por: \_\_\_\_\_ em    /    /

**Q2 Dados para naturalização (preenchimento obrigatório)**

Requerem se digne conceder-lhe a nacionalidade portuguesa por naturalização, nos termos do artigo 6º, nº 2 da Lei nº 37/81, de 3 de outubro, por ser menor, à face da lei portuguesa, nascido no território português, filho de estrangeiros. Para o efeito declaram que o menor:

não completou 16 anos; ou

tendo já completado 16 anos, nunca foi condenado, com trânsito em julgado da sentença, em pena de prisão igual ou superior a três anos, por crime punível segundo a lei portuguesa, e que não constitui perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, pelo seu envolvimento em atividades relacionadas com a prática do terrorismo, nos termos da respetiva lei.

Fundamentam o seu pedido no facto de se verificar um dos seguintes requisitos [assinalar com X a opção pretendida]:

- a) ☐ o pai ou ☐ a mãe tem residência em Portugal, independentemente de título, pelo menos durante os cinco anos imediatamente anteriores ao pedido (al. a) do n.º 2 do art.º 6);
- b) ☐ o pai ou ☐ a mãe tem residência legal em território nacional (al. b) do n.º 2 do art.º 6);
- c) ☐ o menor frequentou, em Portugal, pelo menos, um ano da educação pré-escolar ou ensino básico, secundário ou profissional (al. c) do n.º 2 do art.º 6);

Declaram, ainda, que o menor [assinalar com X a opção adequada]:

residiu anteriormente no estrangeiro, nos seguintes países: \_\_\_\_\_

nunca residiu noutro país, além de Portugal, onde nasceu.

Mais declaram que o menor (caso pretendam indicar outras circunstâncias que considerem relevantes): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Declaram ainda que pretendem que o certificado do registo criminal português seja obtido oficiosamente.

### Q3 Dados do representante do menor (preenchimento obrigatório)

☐ Representado por seus pais

#### Dados do pai:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Residência: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: ☐ Cartão de Cidadão ☐ Passaporte ☐ Outro: \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_ Emitido por: \_\_\_\_\_ em   /   /

#### Dados da mãe:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Residência: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: ☐ Cartão de Cidadão ☐ Passaporte ☐ Outro: \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_ Emitido por: \_\_\_\_\_ em   /   /

☐ Representado por tutor

Nome completo: \_\_\_\_\_

Residência: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: ☐ Cartão de Cidadão ☐ Passaporte ☐ Outro: \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_ Emitido por: \_\_\_\_\_ em   /   /

☐ Intervém como procurador do pai:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Residência: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: ☐ Cartão de Cidadão ☐ Passaporte ☐ Outro: \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_ Emitido por: \_\_\_\_\_ em   /   /

☐ Intervém como procurador da mãe:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Residência: \_\_\_\_\_

Documento de identificação: ☐ Cartão de Cidadão ☐ Passaporte ☐ Outro: \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_ Emitido por: \_\_\_\_\_ em   /   /

### Q4 Documentos entregues (preenchimento obrigatório)

Junta os seguintes documentos (assinalar as opções pretendidas):

☐ Certidão do registo de nascimento;

☐ Certificado do registo criminal emitido pelo(s) país(es) da nacionalidade, da(s) residência(s) anterior(es), e da atual residência: \_\_\_\_\_

☐ Documento(s) comprovativos de que, nos cinco anos imediatamente anteriores ao pedido, o pai/a mãe residiu, independentemente de título, em território português (ex: atestado de residência ou comprovativo(s) do cumprimento de obrigações contributivas ou fiscais);

☐ Documento comprovativo da residência legal do pai/mãe;

☐ Documento que comprove a frequência de, pelo menos, um ano da educação pré-escolar ou ensino básico, secundário ou profissional pelo menor;

☐ Cópias certificadas dos documentos de identificação;

☐ Procuração (se houver intervenção de procurador);

☐ Outros documentos: \_\_\_\_\_

## Q5 Pagamento

Emolumento (artigo 6.º, n.º 12 da Lei da Nacionalidade): Gratuito

## Q6 Assinatura

Declaro ☐ aceitar ☐ não aceitar que sejam efetuadas notificações para o e-mail indicado.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do  
Requerente

\_\_\_\_\_

Assinatura do  
Requerente

\_\_\_\_\_

As assinaturas devem ser reconhecidas presencialmente, exceto se for feita na presença de funcionário de um dos serviços ou posto de atendimento com competência para receber o requerimento. Se o procurador for advogado ou solicitador, é suficiente, para a confirmação da assinatura, a indicação do número da respetiva cédula profissional.

### Instruções de preenchimento:

Preencher o requerimento em letras maiúsculas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e assinalando o retângulo aplicável.

A indicação do IBAN e da morada completa é da exclusiva responsabilidade do requerente, sendo as restituições que venham a ser devidas efetuadas para o IBAN ou morada indicados

**Nota:** Os dados pessoais recolhidos destinam-se à prática dos atos e são processados automaticamente, nos termos previstos no Regulamento da Nacionalidade Portuguesa e na Legislação da Proteção de Dados Pessoais, sendo o seu tratamento da responsabilidade do Presidente do Conselho Diretivo do IRN, I.P.. O acesso às informações é facultado ao próprio, que tem direito à correção dos dados indevidamente registados.

### Informações adicionais:

#### Requerimento para aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização ao abrigo do artigo 6º, n.º 2 da Lei da Nacionalidade - Indicações Gerais:

##### Quem pode requerer:

Os estrangeiros, menores face à lei portuguesa, nascidos no território português, filhos de estrangeiros, e que no caso de terem completado a idade de imputabilidade penal (16 anos) não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, em pena de prisão igual ou superior a três anos, por crime punível segundo a lei portuguesa, e não constituam perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, pelo seu envolvimento em atividades relacionadas com a prática do terrorismo, nos termos da respetiva lei, desde que, no momento do pedido, preencham uma das seguintes condições:

- a) Um dos progenitores aqui tenha residência, independentemente de título, pelo menos durante os cinco anos imediatamente anteriores ao pedido;
- b) Um dos progenitores tenha residência legal em território nacional;
- c) O menor aqui tenha frequentado, pelo menos, um ano da educação pré-escolar ou ensino básico, secundário ou profissional.

##### Documentos que devem necessariamente acompanhar o requerimento:

- Certidão do registo de nascimento, ou elementos que permitam a sua localização no Registo Civil em Portugal;
- Registos criminais dos países da naturalidade, da nacionalidade e dos países onde teve residência após os 16 anos (inclusive), exceto Portugal se obtido oficiosamente;
- Cópia certificada de documento de identificação (passaporte, título de residência);
- (Sendo o caso) Procuração, com poderes especiais para o ato, com reconhecimento presencial da assinatura (ou por documento autenticado ou por instrumento público). Se passada a advogado ou solicitador não carece de reconhecimento de assinatura.

**Os documentos escritos em língua estrangeira devem ser acompanhados da respetiva tradução nos termos legais. É dispensada a tradução para os documentos escritos em língua inglesa, francesa ou espanhola, salvo se for exigida a sua apresentação.**

##### Onde e como deve ser apresentado o requerimento:

Entregue ou enviado por correio para:

Conservatória dos Registos Centrais

Rua Rodrigo da Fonseca, 200

1099-003 Lisboa, ou,

Balcões da Nacionalidade instalados no Arquivo Central do Porto e em algumas Conservatórias do Registo Civil (consultar:

<https://justica.gov.pt/Registos/Nacionalidade/Nacionalidade-portuguesa#Ondepedir>);

Entregue nas extensões da Conservatória dos Registos Centrais, instaladas em:

- Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) – LISBOA – Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa
- Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) – PORTO – Edifício Capitólio, Av. da França 316, 4050-276 Porto
- Espaço de Registos de Lisboa (Benfica), Espaço de Registos de Lisboa (Expo) e Loja do Cidadão de Odivelas

##### Qual o valor e o modo de efetuar o pagamento:

GRATUITO

**AVISO IMPORTANTE:** A falta de qualquer menção, que, por força da lei, deva constar do requerimento ou a falta de apresentação de algum dos documentos que se destinam a comprovar os factos que constituem o fundamento do pedido, acarreta o indeferimento liminar do pedido.

Preencha rigorosamente todos os campos, incluindo o e-mail, a residência/domicílio, pois as notificações consideram se efetuadas, desde que remetidas para o endereço eletrónico ou para a morada indicada, de acordo com a opção assinalada.